



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Coordenação-Geral de Licitações
Coordenação de Contratação de Serviços Terceirizados e de Engenharia

Nota Técnica SEI nº 8019/2026/MGI



MINISTÉRIO DA GESTÃO
E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS
PÚBLICOS - MGI

CADERNO DE PERGUNTAS — E RESPOSTAS —

CONTRATAÇÕES COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Coordenação de Contratação de Serviços Terceirizados e de Engenharia

Versão: 02 – Fevereiro de 2026



COLABORAGOV

Compartilhando serviços, potencializando resultados

APRESENTAÇÃO

O presente Caderno de Perguntas e Respostas integra o conjunto de documentos do ato convocatório, possuindo caráter vinculante para fins de interpretação e aplicação das regras estabelecidas.

O documento foi estruturado com a finalidade de antecipar dúvidas recorrentes, uniformizar entendimentos técnicos e jurídicos e reduzir a apresentação de questionamentos genéricos ou dissociados do objeto da contratação.

Recomenda-se a leitura integral deste Caderno, bem como de todas as peças que compõem o ato convocatório, especialmente o Termo de Referência, planilhas e anexos técnicos, de modo a assegurar a correta compreensão da modelagem da contratação.

O direito à formulação de questionamentos é plenamente assegurado, sendo respeitado nos termos da legislação vigente, com observância rigorosa dos prazos e procedimentos aplicáveis.

Contudo, observa-se em diversos certames a apresentação de questionamentos padronizados, replicados de forma indiscriminada, muitas vezes sem a devida análise do conteúdo específico da contratação.

Tais manifestações, quando desprovidas de pertinência técnica, não contribuem para o aprimoramento do certame e não agregam valor ao processo licitatório.

A Administração estruturou a presente contratação com base no interesse público, na ampliação da competitividade e na observância da isonomia, buscando estabelecer regras claras, objetivas e plenamente compreensíveis.

Espera-se, portanto, atuação responsável dos licitantes, com observância da boa-fé, da razoabilidade e da aderência ao objeto.

O uso de ferramentas tecnológicas, inclusive inteligência artificial, é reconhecido como instrumento válido, desde que utilizado com responsabilidade e adequação ao contexto da contratação.

A utilização dessas ferramentas para geração de conteúdos genéricos, extensos e descontextualizados não qualifica a disputa e pode prejudicar a adequada análise das manifestações apresentadas.

Eventuais condutas que configurem tentativa de tumultuar o certame poderão ensejar a adoção das medidas legais cabíveis.

O canal exclusivo de atendimento aos licitantes para questionamentos e impugnações é o e-mail: licitacao.dcd@gestao.gov.br, enfatizando que em hipótese alguma haverá atendimento do pregoeiro por contato telefônico ou presencial.

O certame será conduzido exclusivamente pela plataforma oficial do Governo Federal: compras.gov.br na qual deverão ser direcionadas as tratativas com o pregoeiro durante a realização das sessões, reforçando que é fundamental manter-se conectado e atento integralmente durante as sessões.

As respostas constantes deste documento: possuem caráter vinculante, integram a interpretação oficial do edital e, devem ser observadas por todos os licitantes.

Questionamentos já contemplados neste Caderno não serão reapreciados.

O edital deve ser interpretado de forma sistêmica.

A leitura isolada de dispositivos não constitui base adequada de interpretação.

Recomenda-se aos licitantes que baixem o aplicativo Compras.gov.br e favoritem a presente licitação, assim poderão receber notificações de avisos e mensagens no chat, possibilitando melhor acompanhamento de todas as fases.

As respostas aos questionamentos e impugnações recebidos serão publicadas exclusivamente na plataforma compras.gov.br, sendo de exclusiva responsabilidade dos interessados manterem-se atentos as publicações em tais endereços, não sendo cabível a alegação de desconhecimento de tais manifestações que estejam devidamente disponibilizadas dentro do prazo legal estabelecidos pelas normas vigentes.

Diante do exposto, o presente Caderno consolida diretrizes essenciais à adequada compreensão do certame, devendo ser analisado de forma integrada com as demais peças do ato convocatório.

A participação na licitação pressupõe leitura atenta, observância das regras estabelecidas e acompanhamento contínuo dos canais oficiais de comunicação, cabendo aos licitantes a responsabilidade pela correta interpretação dos documentos e pela formulação de propostas aderentes ao objeto.

A Administração conduzirá o certame com base na legalidade, isonomia e julgamento objetivo, prestando os esclarecimentos cabíveis nos termos legais, sem prejuízo da responsabilidade dos licitantes quanto à análise prévia e diligente das informações disponibilizadas.

Por fim, reafirma-se que a regularidade e a qualidade da disputa dependem da atuação responsável de todos os envolvidos, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução do objeto contratado.

1. DOS QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÕES INTEMPESTIVAS

1.1. Nos termos da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, bem como das disposições constantes do ato convocatório, os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao edital devem observar rigorosamente os prazos estabelecidos, sob pena de não conhecimento.

1.2. Dessa forma, manifestações apresentadas fora do prazo legal serão consideradas intempestivas, não se impondo à Administração o dever de apreciá-las ou respondê-las, uma vez que não atendem aos requisitos formais indispensáveis à sua admissibilidade.

1.3. Ressalta-se que o respeito aos prazos estabelecidos constitui elemento essencial para a regular condução do certame, garantindo previsibilidade, isonomia entre os licitantes e segurança jurídica ao processo licitatório.

1.4. Não obstante, em caráter excepcional, eventual análise ou resposta a manifestações intempestivas poderá ocorrer por conveniência e oportunidade da Administração, sem que tal conduta implique reabertura de prazos, alteração do cronograma ou qualquer prejuízo à data previamente definida para a realização da sessão pública.

1.5. Destaca-se, ainda, que a eventual apreciação dessas manifestações não configura reconhecimento de sua regularidade formal, tampouco gera direito subjetivo à análise de questionamentos apresentados fora do prazo legalmente estabelecido.

2. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL E RESPONSABILIDADE DO LICITANTE

2.1. A responsabilidade pela composição da proposta é da Administração?

Resposta: Não. A responsabilidade pela composição da proposta é exclusiva do licitante, que deve considerar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, assumindo integralmente os riscos inerentes à sua metodologia.

2.2. A alegação posterior de erro na proposta poderá justificar reequilíbrio econômico-financeiro?

Resposta: Não. Erros na formação da proposta são de responsabilidade do licitante e não ensejam revisão contratual, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

2.3. O que o licitante declara ao apresentar sua proposta?

Resposta: Ao apresentar sua proposta, o licitante declara que: analisou integralmente as condições de execução, considerou todas as variáveis técnicas e operacionais, assumiu os riscos inerentes aos serviços sob demanda e, estruturou sua proposta de forma suficiente para garantir a execução integral do objeto.

2.4. Com base na IN SEGES/MGI Nº 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio alimentação e outros benefícios. Questionamos em relação aos benefícios da Convenção Coletiva, como plano de saúde, odontológico, funeral, esses deverão constar na planilha de custos ou serão ressarcidos e podem ser inseridos apenas no resumo da proposta a fim de fazer constar esses valores? A empresa que não incluir esses benefícios será desclassificada?

Resposta: Preliminarmente, esclarecemos que a elaboração da planilha de custos e formação de preços é uma atribuição da licitante interessada, sendo de sua obrigação cumprir com toda e qualquer legislação pertinente a correta execução plena do objeto. Serão desclassificadas as propostas que efetivamente descumprirem as regras do ato convocatório. Conforme IN 05/2017 é vedado à Administração praticar atos de ingerência de preços. A composição dos custos deverá seguir obrigatoriamente a legislação pertinente e vigente, a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada na elaboração da proposta, somado a realidade de custos da empresa. Além disso, na construção da planilha de custos a licitante deve observar também o entendimento dos pareceres: Parecer nº15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, Parecer nº12/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e Parecer nº04/2017/CPLC/PGF/AGU, que recomendam a não previsão na planilha do benefício plano de saúde e, por relação, Seguro de Vida e Auxílio ambulatorial.

2.5. Quem é responsável por considerar os impactos da Reforma Tributária (IBS/CBS) na elaboração da proposta em contratos superiores a 12 meses?

Resposta: A responsabilidade é integralmente da licitante. Cabe à empresa avaliar e internalizar os custos de compliance e adaptação de sistemas relacionados ao IBS e CBS, conforme previsto na EC 132/2023, LC 214/2025 e Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1/2025. A Administração não responderá por omissões que comprometam a exequibilidade da proposta.

2.6. Caso a licitante não considere os efeitos da reoneração da folha (Lei nº 14.973/2024) em contratos plurianuais, poderá solicitar reequilíbrio econômico-financeiro?

Resposta: Não. A reoneração da folha é fato conhecido e previsto em lei, não configurando evento imprevisível. Alterações futuras deverão ser tratadas por meio de repactuação contratual, conforme a Lei nº 14.133/2021. A proposta inicial deve ser exequível desde o início, considerando os percentuais aplicáveis ao período de execução e cumprimento integral da citada norma e todos os seus impactos na execução do objeto.

2.7. Qual o atual prestador dos serviços? Existe contrato vigente?

Resposta: Consideramos que o presente questionamento não guarda vinculação aos elementos indispensáveis para a correta elaboração da proposta por parte dos interessados e, assim sendo, entende-se que estas informações não mostram-se como indispensáveis no bojo deste certame, todavia, no condão do acesso a informação, todos os interessados poderão buscar acesso aos contratos firmados pela administração, desde que, utilizando-se dos canais específicos.

2.8. É possível apresentar questionamentos sobre cotas de aprendizes ou PcD durante os julgamentos?

Resposta: Não. Questões relativas ao cumprimento das cotas de aprendizes e PcD são matéria de fiscalização trabalhista e devem ser tratadas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou Ministério Público do Trabalho (MPT). No âmbito da licitação, prevalecem as declarações prestadas pelo licitante, cuja responsabilidade é exclusiva.

3. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, DIMENSIONAMENTO E PRODUTIVIDADE

3.1. A licitante é obrigada a seguir o quantitativo de pessoal indicado pela Administração na planilha?

Resposta: Não. O quantitativo de pessoal indicado pela Administração possui caráter meramente estimativo, sendo utilizado como referência para a formação de preços. É facultado ao licitante adotar metodologia própria e dimensionamento distinto, desde que assegure integralmente a execução do objeto nos níveis de qualidade exigidos no Termo de Referência.

3.2. É permitido apresentar proposta com quantitativo de pessoal inferior ao estimado?

Resposta: Sim, desde que o licitante comprove, quando solicitado, a exequibilidade da sua proposta, mediante apresentação de elementos técnicos que demonstrem a viabilidade da metodologia adotada, tais como uso de equipamentos, tecnologias ou processos operacionais diferenciados. A responsabilidade pela entrega do resultado permanece integralmente com a contratada.

3.3. A Administração aceitará produtividades superiores às estimadas?

Resposta: Sim, desde que devidamente comprovadas quando solicitadas. Caso o licitante apresente produtividade acima dos parâmetros referenciais, poderá ser instado, em sede de diligência, a demonstrar a viabilidade técnica da proposta, sob pena de desclassificação por inexecuibilidade.

3.4. Como será verificada a exequibilidade da proposta?

Resposta: A Administração poderá realizar diligências para verificar a consistência da proposta, incluindo a análise de documentação técnica, contratos similares, uso de equipamentos e metodologia operacional. O foco da análise será a capacidade de entrega do objeto, e não apenas a composição formal de custos.

3.5. É permitido utilizar percentuais médios para encargos sociais e provisões legais, desde que compatíveis com a realidade da empresa?

Resposta: Sim, desde que os percentuais adotados estejam em conformidade com a legislação vigente, a convenção coletiva aplicável e sejam devidamente justificados na proposta. A licitante neste caso, deverá encaminhar juntamente com sua proposta a comprovação da metodologia utilizada e as justificativas complementares que sustentem tal prática.

3.6. É necessário apresentar memória de cálculo para cada item da planilha?

Resposta: Não é obrigatório apresentar memória de cálculo detalhada no momento da proposta, salvo se exigido no edital. No entanto, a licitante deverá estar apta a apresentar tais informações em eventual diligência ou até mesmo na fase de aceitação da propostas, a critério da administração, portanto, a empresa deverá considerar esta possibilidade.

3.7. Como o licitante deve demonstrar que os encargos sociais e previdenciários foram corretamente considerados na planilha?

Resposta: Recomenda-se que o licitante detalhe os percentuais aplicados e, quando adotados valores médios ou diferenciados, apresente memoriais de cálculo ou justificativa técnica que comprove a aderência à legislação vigente e à convenção coletiva aplicável. A ausência dessa demonstração poderá ensejar diligências e uma maior morosidade nos julgamentos do certame.

3.8. O que ocorre se a metodologia proposta não se mostrar suficiente durante a execução?

Resposta: A contratada deverá ajustar sua estrutura operacional imediatamente, sem ônus adicional para a Administração. O descumprimento dos níveis de serviço implicará aplicação de glosas, penalidades e demais sanções previstas no contrato.

4. FORMAÇÃO DE PREÇOS E PLANILHA DE CUSTOS

4.1. Os valores estimados constantes das planilhas são obrigatórios para formulação da proposta?

Resposta: Não. Os valores estimados possuem caráter referencial e não vinculante, servindo como parâmetro indicativo para a elaboração das propostas. Compete ao licitante, com base em sua capacidade técnica e operacional, estruturar sua proposta de forma autônoma, observando a legislação aplicável, a convenção coletiva pertinente e as exigências do Termo de Referência, assegurando a exequibilidade global do contrato.

4.2. A planilha de custos poderá ser apresentada com valores arredondados ou deve conter centavos exatos?

Resposta: A planilha deverá refletir os valores reais e exatos dos custos, inclusive com casas decimais, de modo a garantir a precisão dos cálculos e a transparência da proposta. O arredondamento poderá comprometer a exatidão da composição e será de responsabilidade exclusiva da licitante, não havendo possibilidade de majoração da mesma.

4.3. É permitido utilizar percentuais médios para encargos sociais e provisões legais, desde que compatíveis com a realidade da empresa?

Resposta: Sim, desde que os percentuais adotados estejam em conformidade com a legislação vigente, a convenção coletiva aplicável e sejam devidamente justificados na proposta. A licitante neste caso, deverá encaminhar juntamente com sua proposta a comprovação da metodologia utilizada e as justificativas complementares que sustentem tal prática.

4.4. É necessário apresentar memória de cálculo para cada item da planilha?

Resposta: Não é obrigatório apresentar memória de cálculo detalhada no momento da proposta, salvo se exigido no edital. No entanto, a licitante deverá estar apta a apresentar tais informações em eventual diligência.

4.5. A planilha deve considerar o custo mensal ou anual da contratação?

Resposta: A proposta deverá observar o critério definido no edital, podendo ser mensal ou global anual. A planilha de custos, por sua vez, deve detalhar os valores mensais por posto e consolidar o valor total conforme exigido.

4.6. Como deve ser tratado o custo de substituição de colaboradores em férias ou afastamentos?

Resposta: A planilha deve prever a reposição integral dos postos, conforme exigência contratual. Os custos com substituições devem estar contemplados nas provisões legais ou em rubrica específica, conforme modelo adotado.

4.7. A licitante poderá aplicar a desoneração da folha de pagamento (CPRB) na planilha?

Resposta: Sim, desde que a empresa esteja formalmente enquadrada no regime da CPRB e a aplicação esteja de acordo com a legislação vigente. A opção deverá ser claramente indicada na proposta, se for o caso.

4.8. É necessário considerar o impacto da reoneração progressiva da folha (Lei nº 14.973/2024) na proposta?

Resposta: Sim. A proposta deve observar a alíquota vigente no momento da apresentação e seus reflexos para a período de execução contratual. Salientando que é obrigação da empresa atender o regramento vigente neste contexto.

4.9. A planilha deve incluir custos com exames admissionais, demissionais e periódicos?

Resposta: Sim. Esses custos integram as obrigações trabalhistas da contratada e devem ser considerados na composição da proposta, seja em rubrica específica ou diluídos nos custos indiretos.

4.10. Como deve ser tratado o custo com uniformes e EPIs na planilha?

Resposta: Caso exigidos no edital ou no Termo de Referência, os custos com uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) devem ser incluídos na planilha, respeitando a periodicidade de reposição e a quantidade por colaborador.

4.11. A lei 14.973/24 publicada em setembro de 2024, determinou o processo de reoneração gradual da folha de pagamento. Considerando isso, as empresas enquadradas no regime de CPRB durante os anos de 2025, 2026 e 2027, irão passar por um processo de reoneração da folha de pagamento, até que em 2028, não existam mais empresas enquadradas nesse regime. Assim, de forma proporcional, a título de transição de 2025 a 2027, a lei prevê a redução gradual da alíquota sobre a receita bruta e o aumento gradual da alíquota sobre a folha que, para cada empresa resultará em percentuais distintos. Com a publicação da Lei 14.973/2024, ocorrerá o fim gradual da política fiscal, conforme nova redação conferida ao artigo 9-A da Lei 12.546/2011, a seguir reproduzido: Art. 9º-A. Nos exercícios de 2025 a 2027, as empresas referidas nos arts. 7º e 8º desta Lei poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição parcial às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, sendo tributadas de acordo com as seguintes proporções: I – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2025: a) 80% (oitenta por cento) das alíquotas estabelecidas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e b) 25% (vinte e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; II – de 1º de janeiro até 31

de dezembro de 2026: a) 60% (sessenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º A e 8º-A desta Lei; e b) 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e III – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2027: a) na proporção de 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e b) 75% (setenta e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. § 1º A partir de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2027, para fins de cálculo do valor devido sob o regime da substituição parcial de que trata o caput deste artigo, as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não incidirão sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas a título de décimo terceiro salário. § 2º A partir de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2027, o valor da contribuição calculada nos termos do inciso II do § 1º do art. 9º será acrescido do montante resultante da aplicação das proporções a que se referem a alínea "b" do inciso I, a alínea "b" do inciso II e a alínea "b" do inciso III do caput deste artigo. Tendo em vista que o prazo inicial do contrato é de 12 (DOZE) meses, para que as empresas enquadradas no regime de CPRB possam manter a exequibilidade de sua proposta, devem considerar que o processo de transição da Lei 14.973/24 será considerada pela administração na manutenção da equação econômico-financeira da proposta. Ciente que este processo licitatório irá acontecer após a publicação da lei 14.973/24, entendemos que não será possível caracterizar um pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, haja vista que não se configura um fato imprevisível e/ou de consequências incalculáveis. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, caracterizados fato do príncipe, serão considerados pela Administração Pública, apenas nos processos de contratação em que a data base da proposta seja anterior a publicação da lei. Isto posto, para podermos formular nossa proposta com segurança, com intuito de nos certificar de que poderemos apresentar nosso melhor preço e seguros de que nossa proposta será exequível durante todo o período possível de extensão do contrato, entendemos que a melhor forma de compor esse processo de transição, seria com a aceitação da proposta da licitante com base na sua situação factual, ou seja, desonerada, e que através dos pedidos de reajuste (repactuação), fosse realizada a atualização da planilha de composição de custos, ano a ano, obedecendo ao processo de transição previsto na Lei 14.973/2024. Está correto nosso entendimento? Caso o entendimento acima esteja correto, uma proposta firmada no ano de 2025, após a publicação da lei, no pedido de repactuação, seria considerada alteração da planilha de composição de custos, prevendo nos encargos sociais 5% de INSS, no BDI a redução da alíquota da CPRB para 3,6%, seguindo o regime de transição conforme apontado na tabela acima. Está correta nossa percepção de como irá correr o processo? Caso não seja este o processo que a Administração considera correto, favor nos informar como devemos elaborar nossa composição de custos para não incorrer em eventual quebra da equação econômico-financeira, durante o período de transição previsto na Lei."

Resposta: Inicialmente cumpre destacar que a elaboração da proposta é de inteira responsabilidade dos interessados nesta disputa licitatória, especialmente, considerando a ciência de todos quanto as normas vigentes, os prazos de execução do objeto aqui licitado e, especialmente seus reflexos no âmbito do prazo contratual, não cabendo ao MGI adentrar peculiaridades de cada empresa e, seu vinculantes regimentos tributários/previdenciários. Cumpre destacar que o certame ocorre após a publicação da Lei nº 14.973/2024, e que a transição da CPRB está expressamente prevista e quantificada no art. 9º-A da Lei nº 12.546/2011 (com redação dada pela nova lei), não se trata de fato imprevisível, tampouco de evento extraordinário que enseje reequilíbrio econômico-financeiro nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021. Assim, a proposta inicial deverá refletir a realidade tributária vigente no momento da apresentação, inclusive considerando os percentuais de substituição parcial da CPRB e da contribuição patronal sobre a folha, conforme o ano de execução contratual. Nos termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência do TCU (ex: Acórdão 2622/2013 Plenário), a repactuação é admitida para contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que haja o atendimento dos pressupostos contemplados na Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos. A repactuação anual poderá ser utilizada para ajustar a planilha de custos, desde que observados os requisitos legais. Não será admitido reequilíbrio econômico-financeiro com base na Lei nº 14.973/2024, por não se tratar de fato imprevisível. A proposta deve ser exequível desde o início, considerando os percentuais de CPRB e INSS aplicáveis a execução contratual. Não menos importante, é oportuno esclarecer que não existe previsão legal para análise preliminar dos elementos que irão integrar a planilha e/ou a proposta da licitante antes da fase oportuna prevista no ato convocatório.

4.12. Quais os entendimentos do Ministério no tocante ao julgamento de licitações de terceirização acerca da Lei nº 14.973/2024 - APLICAÇÃO NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PCFP?

Resposta: a) Antes da Lei 14.973/2024, as empresas optantes pela CPRB apresentavam sua proposta da seguinte forma:

- Zerando o item INSS (item A do submódulo 2.2 da PCFP); E
- Incluindo o percentual de 1,5% a 4,5% na CPRB (item C.1.2 do Módulo 6 da PCFP)

b) Nos exercícios de 2025 a 2027 as empresas optantes pela CPRB deverão apresentar propostas na Planilha de Custos e Formação de Preços disponibilizadas no ato convocatório com as novas alíquotas para a CPRB e INSS (reoneração da folha) fixadas nos arts. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, e devem:

- Incluir o % tanto no item INSS (item A do submódulo 2.2 da PCFP); e
- Item CPRB (item C.1.2 do Módulo 6 da PCFP).

c) Nesse sentido, a Planilha de Custos e Formação de Preços padronizada do MGI foi atualizada e disponibilizada em anexo ao ato convocatório, de modo a integrar a nova regra da desoneração estabelecida pela Lei 14.793, e 2024. Assim, sempre que a empresa informar que é optante pela CPRB:

- Deverá preencher o % de CPRB e o % de INSS.
- O cálculo do INSS das planilhas P1, P2, Pn deixará de incluir o 13º salário.

d) A partir de 2028 as alíquotas da CPRB e da cota patronal do INSS serão integrais, ou seja, entre 4,5% a 1% para a CPRB e 20% para a cota patronal INSS.

Ademais, reporta-se a obrigatoriedade do licitante atender integralmente as normas vigentes, inclusive, naquilo que compete a possíveis alterações das normas.

4.13. A CSETE de maneira isonômica e pensando na qualificação das informações a serem contempladas nas propostas geradas em nossos processos licitatórios, antecipa algumas observações a serem consideradas pelos interessados em nossos processos licitatórios.

Esclarece previamente:

a) A cotação de percentuais irrisórios ou iguais a zero deverá ser previamente justificada pelos licitantes, cabendo a equipe de apoio do pregoeiro analisar a pertinência da justificativa. Respeitado o resultado da soma dos limites máximos definidos, os licitantes poderão cotar percentuais para os custos indiretos e margem de lucro fora dos patamares definidos.

b) Caso a empresa queira praticar % diferenciados por cargo, deve apagar a referência ao campo nos Custos Indiretos e Lucro na aba P1, P2 e/ou Pn e inserir aqui o %.

c) No caso de empresa optante do regime de tributação de PIS e COFINS não cumulativo ou misto deverá ser preenchida a planilha "PisCofins" com os percentuais que representam as alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa conforme regras do edital.

d) Para preenchimento da aba "PisCofins", os dados de "faturamento mensal" devem ser extraídos da linha "TOTAL RECEITAS/SAÍDAS" da coluna "VALOR TOTAL DO ITEM" da consulta "Registros Fiscais Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária" do Programa Validador - PVA da EFD- Contribuições. Os dados referentes à "contribuição apurada" e ao "crédito descontado" devem ser extraídos dos recibos de entrega da EFD - Contribuições.

e) No caso de empresa enquadrada no regime misto, os valores totais das contribuições apuradas nos regimes cumulativo e não cumulativo expostos no recibo de entrega da EFD - Contribuições devem ser somados na coluna "contribuição apurada" da planilha de

apuração do percentual médio efetivo de PIS/PASEP e COFINS presente no modelo do Anexo do edital.

f) A opção pelo SIMPLES é exclusiva para a prestação de serviços de VIGILÂNCIA, LIMPEZA ou CONSERVAÇÃO (§§ 5ºH e 5ºC do art. 18 da LC 123/2006). Nesse caso, a empresa deverá preencher a aba SIMPLES com o faturamento bruto dos últimos 12 meses e apresentar o EXTRATO DO SIMPLES atualizado (Acórdão 1914/2012 – Plenário e Acórdão 797/2011 Plenário, ambos do TCU).

g) CPRB (Desoneração): Informando a alíquota e, ainda, que a licitante recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta sob a alíquota de X% nos termos do art. XXXX da XXXX conforme declaração entregue nos termos do edital.

h) INSS - Optante pela CPRB. Não incide sobre 13º, conforme art. § 1º do art. 9º A da Lei 12546/2011. Optante da CPRB? Caso Sim - Lei 12.546/2021, atualizada pela Lei 14973/2024 - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). ATENÇÃO A REONERAÇÃO GRADUAL DA FOLHA A partir de 01/2025, a empresa deverá apresentar as alíquotas parciais sobre a folha (item A do submódulo 2.2) e sobre o faturamento (item C.1.2 do módulo 6). Sempre respeitando a norma vigente e eventuais atualizações aplicáveis.

i) Para SESC ou SENAI, SENAI ou SENAC, INCRA e SEBRAE: Comprovar código FPAS mediante apresentação do arquivo SEFIP/GFIP ou outra documentação fornecida pela Receita Federal do Brasil.

j) Empresas optantes pelo Simples Nacional, que não incorram nas vedações previstas na lei o no edital, deverão observar que no submódulo 2.2 haverá somente a incidência do FGTS e a Contribuição Previdenciária Patronal -CPP, conforme dispõe § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

k) Apresentar o FAPWeb vigente no ano da contratação. O FAP deve ser obtido do FAPweb e a alíquota RAT deve ser correspondente ao CNAE da atividade preponderante informada no FAPWeb para o CNPJ responsável pelo faturamento dos serviços (aba resumo).

4.14. Quais as regras deste Ministério no tocante a apresentação da proposta final ajustada após a fase de lances, negociação e ajuste dos valores no âmbito da padronização de casas decimais?

Resposta: Com o objetivo de assegurar a uniformidade, a transparência e a exatidão nos valores apresentados ao final da fase de lances, fica estabelecido que a proposta final do licitante deverá obrigatoriamente ser apresentada com, no máximo, duas casas decimais (centavos), em conformidade com o padrão monetário vigente no Brasil (Real – R\$). Vedação à Majoração Em nenhuma hipótese será admitida a majoração do valor ofertado durante a fase de lances. Caso o valor final apresentado pelo sistema contenha mais de duas casas decimais, o licitante deverá ajustar sua proposta final para baixo, de forma que:

- a) O valor final apresentado na proposta escrita ou readequada seja igual ou inferior ao valor do último lance registrado no sistema;
- b) O ajuste deverá ser feito exclusivamente por truncamento ou arredondamento para baixo, limitado à segunda casa decimal;
- c) Não será admitido o arredondamento para cima, ainda que tecnicamente justificável.

Exemplo prático: Se o último lance registrado no sistema for de R\$ 1,2345, o valor da proposta final deverá ser ajustado para R\$ 1,23. O valor de R\$ 1,24 não será aceito, por configurar majoração.

Responsabilidade do Licitante É de inteira responsabilidade do licitante observar esta regra no momento da formalização da proposta final. O descumprimento poderá ensejar a desclassificação da proposta, conforme critérios de julgamento estabelecidos neste edital.

5. REGIMES TRIBUTÁRIOS, REFORMA TRIBUTÁRIA E REONERAÇÃO

5.1. Como a reoneração da folha, determinada pela Lei nº 14.973/2024, deve ser considerada?

Resposta: A licitante deve aplicar os percentuais legais vigentes no momento da elaboração da proposta e, principalmente considerando a legislação aplicável para a vigência contratual.

5.2. Como devem ser considerados os impactos da Reforma Tributária em contratos com vigência superior a 12 meses?

Resposta: A licitante deverá observar que, a partir de 2026, inicia-se o período de transição para IBS e CBS, com alíquotas reduzidas no ano de teste e substituição gradual até 2033. Propostas para contratos plurianuais devem contemplar os custos de compliance. Destacando que eventuais repactuações serão apreciadas com base nos pressupostos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Será possível solicitar repactuação em razão da evolução das alíquotas de IBS e CBS durante a execução contratual?

Resposta: A repactuação é admitida em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que haja comprovação da alteração legal e impacto direto nos custos. A transição da Reforma Tributária não configura fato imprevisível, mas pode ensejar repactuação, desde que preenchidos os pressupostos legais advindos da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Como deve ser considerada a reoneração progressiva da folha em contratos superiores a 12 meses?

Resposta: A proposta deve refletir a alíquota vigente no momento da licitação, mas contemplar projeções até 2028, quando a contribuição previdenciária sobre a folha atingirá 20%. Alterações futuras serão tratadas por meio de repactuação (quando preenchidos comprovadamente os pressupostos legais da Lei nº 14.133/2021), sendo vedado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por não se tratar de fato imprevisível.

5.5. Empresas enquadradas no Simples Nacional precisam prever IBS e CBS em contratos plurianuais?

Resposta: Sim. Embora o Simples Nacional não seja extinto, as empresas devem considerar os reflexos da Reforma Tributária em sua composição de custos, especialmente no ano de teste (2026) e nos períodos subsequentes. A ausência dessa previsão poderá comprometer a exequibilidade da proposta e não confere direitos aos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro por não se tratar de fato imprevisível.

5.6. Como a Administração avaliará propostas que não contemplem os custos de compliance relacionados ao IBS/CBS em contratos de longa duração?

Resposta: Propostas que não incluam custos de adequação de sistemas e obrigações acessórias poderão ser objeto de diligência. Caso a ausência comprometa a transparência ou a viabilidade da execução contratual, a proposta poderá ser desclassificada. Destacando que Reforma Tributária não caracteriza um fato imprevisível, ou seja, seus impactos na elaboração da proposta reportam-se a uma responsabilidade exclusiva do licitante.

5.7. Será exigida memória de cálculo específica para encargos sociais e tributários em contratos superiores a 12 meses?

Resposta: Não é obrigatório apresentar memória detalhada no momento da proposta, salvo previsão no edital. Contudo, a licitante deverá estar apta a fornecer tais informações em eventual diligência, especialmente para comprovar a inclusão dos impactos da Reforma Tributária e da reoneração da folha ao longo da execução. Nesta direção, como sugestão de uma boa prática, recomendamos que juntamente com a planilha de formação de preços atualizadas tais memoriais se existentes, sejam encaminhados de maneira facultativa, inicialmente.

6. ITENS SOB DEMANDA E ESTRATÉGIA DE PRECIFICAÇÃO

6.1. Os valores unitários dos itens precisam seguir proporcionalidade entre si?

Resposta: Não necessariamente. Considerando a natureza estimativa dos serviços sob demanda, os valores unitários podem variar, cabendo ao licitante a adequada distribuição de custos em sua proposta, sendo o julgamento realizado pelo valor global do grupo.

6.2. A Administração garante a execução de todos os itens previstos?

Resposta: Não. Os quantitativos indicados são estimativos, não havendo garantia de execução mínima de qualquer item, sendo a remuneração condicionada à efetiva prestação dos serviços.

6.3. A Administração aceitará propostas com redução de pessoal sem comprovação de metodologia?

Resposta: Não. A redução de recursos operacionais deverá estar acompanhada de justificativa técnica robusta, sob pena de caracterização de inexecução.

6.4. Como a Administração evita propostas inexequíveis ou oportunistas?

Resposta: Por meio da análise técnica da proposta, da possibilidade de diligência, da verificação da exequibilidade e da avaliação da capacidade operacional do licitante, conforme previsto na legislação e no edital.

6.5. É obrigatória a manutenção de proporcionalidade entre os valores estimados e os valores ofertados?

Resposta: Não. Não se exige proporcionalidade ou linearidade entre os valores estimados pela Administração e os valores unitários ofertados pelo licitante.

Admite-se a distribuição estratégica de custos entre os itens do grupo, desde que: o valor global da proposta seja exequível, os preços unitários não ultrapassem os valores estimados, não haja comprometimento da execução do objeto, a empresa comprove que efetivamente possui experiência na metodologia apresentada no certame (quando solicitado).

6.6. O licitante pode ajustar internamente os preços unitários entre os itens do grupo?

Resposta: Sim. A estruturação interna dos custos constitui prerrogativa do licitante, que poderá ajustar os valores unitários entre os itens do grupo conforme sua metodologia de execução, desde que respeitadas todas as regras do ato convocatório e garantida a viabilidade técnica e econômica da proposta.

6.7. O que ocorre se um item apresentar valor superior ao estimado?

Resposta: Propostas que apresentem valores unitários superiores aos estimados deverão ser ajustadas, ainda que o valor global do grupo seja o menor preço, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nas regras de aceitabilidade de preços do edital.

6.8. Diferenças entre valores unitários indicam falha na estimativa da Administração?

Resposta: Não. A estimativa de preços considera parâmetros disponíveis à época da elaboração do estudo, podendo não refletir integralmente as estratégias operacionais específicas de cada licitante.

A modelagem adotada admite variações relativas entre os itens, especialmente em serviços sob demanda, sem prejuízo da validade do modelo ou da competitividade do certame.

6.9. Os quantitativos dos itens sob demanda são garantidos?

Resposta: Não. Os quantitativos possuem natureza meramente estimativa, não representando compromisso da Administração quanto à sua efetiva utilização durante a vigência contratual.

A execução ocorrerá conforme a necessidade, sendo a remuneração vinculada aos serviços efetivamente prestados.

6.10. A variação na execução dos itens sob demanda pode gerar reequilíbrio econômico-financeiro?

Resposta: Não. A eventual execução em maior ou menor escala dos itens sob demanda não enseja reequilíbrio econômico-financeiro, por se tratar de contratação estruturada com base em estimativas previamente definidas e conhecidas pelos licitantes.

6.11. Existe garantia de volume mínimo de execução para os itens sob demanda?

Resposta: Não. Não há garantia de volume mínimo de execução, cabendo ao licitante considerar esse aspecto na elaboração de sua proposta e na definição de sua estratégia de composição de custos.

6.12. A Administração interfere na composição da proposta apresentada?

Resposta: Não. A Administração não realiza ingerência na estrutura de custos da proposta, limitando-se à análise de: exequibilidade global, conformidade com o edital, compatibilidade com o mercado, atendimento de normas e regras vigentes e aplicáveis ao objeto. A responsabilidade pela composição da proposta é exclusiva do licitante.

7. EXEQUIBILIDADE E ANÁLISE DA PROPOSTA

7.1. A Administração aceitará propostas que reduzam custos sem comprovação técnica?

Resposta: Não. Propostas que apresentem redução significativa de custos sem justificativa técnica consistente poderão ser consideradas inexequíveis e, consequentemente, desclassificadas.

7.2. Em quais hipóteses uma proposta será desclassificada?

Resposta: Serão desclassificadas propostas que: não comprovarem sua exequibilidade global, não atenderem às regras do ato convocatório, deixarem de ajustar valores unitários quando solicitado nos termos do edital, não comprovarem quando solicitado que a metodologia apresentada pela empresa é compatível com os valores ofertados.

7.3. A metodologia de execução do licitante influencia a composição da proposta?

Resposta: Sim. A proposta deve refletir a metodologia de execução adotada pelo licitante, sendo este o principal responsável pela definição de como os serviços serão prestados, desde que respeitados integralmente os requisitos do ato convocatório.

7.4. Propostas cadastradas acima do valor estimado serão desclassificadas?

Resposta: Recomendamos inicialmente que o licitante atente-se ao modo de disputa definido para o certame, bem como, não afasta-se de revisar o critério de julgamento que será adotado nesta licitação. É importante que o licitante ao ingressar na disputa da licitação, declare que atende e concorda com todas as regras do certame, neste condão, compreende-se tal concordância inclusive em relação ao valor estimado da contratação, ou seja, foi declarado pelo licitante que inclusive esta regra é de sua ciência e que está ingressando nesta disputa concordando com o mesmo. Considerando esta reflexão, ressaltamos que é fundamental que o licitante tenha ciência do alcance desta declaração de concordância prestada, uma vez, que agindo em sentido contrário poderá ser considerado como falsa tal afirmação prestada pela empresa.

8. EXECUÇÃO CONTRATUAL E FOCO EM RESULTADOS (IMR)

8.1. A execução será avaliada pelo número de funcionários alocados?

Resposta: Não. A execução será avaliada com base no resultado entregue, conforme os critérios definidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sendo irrelevante o número de profissionais alocados, desde que o serviço seja prestado com a qualidade exigida.

8.2. A redução do quantitativo de pessoal impacta o valor do contrato?

Resposta: Não. O contrato será executado pelo valor global contratado, sendo de responsabilidade da contratada a adequada alocação de recursos para garantir o cumprimento das obrigações.

8.3. Considerando a necessidade de coibir condutas que contrariem o edital e eventualmente causem protelação, qual será a atuação da Administração durante as licitações no que se refere à instauração de processos administrativos para apuração dessas condutas, e quais princípios orientam essa atuação?

Resposta: Reforçamos que em nossas licitações estaremos atuando constantemente por meio da instauração de processos administrativos para apurarmos eventuais condutas que possam pactuar com ações protelatórias e que contrariem as regras definidas no ato convocatório, de modo a prestigiarmos inteiramente o princípio da supremacia do interesse público e, ainda, a busca permanente pela qualificação em nossos certames.

9. EQUIPAMENTOS, UNIFORMES E CONDIÇÕES OPERACIONAIS

9.1. Será necessário fornecer armários ou roupeiros?

Resposta: Não há exigência para o fornecimento deste item e, quando for o caso, tais informações serão contempladas no termo de referência, sob responsabilidade do interessado observar tais elementos.

9.2. Haverá fornecimento de equipamentos e materiais por parte da contratada?

Resposta: A contratada deverá observar as exigências do Termo de Referência e da minuta contratual, disponibilizando os materiais e equipamentos quando exigidos.

9.3. Há previsão de fornecimento de relógios de ponto físicos?

Resposta: O controle de jornada deverá seguir as orientações do Termo de Referência. O uso de controle manual é vedado. A contratada poderá propor soluções tecnológicas, desde que compatíveis com os requisitos contratuais e, ainda, respeitando as regras e limitações constantes do termo de referência e/ou minuta de contrato.

9.4. Caso o quantitativo de relógios de ponto ultrapasse o previsto, haverá aditamento contratual?

Resposta: Sim, desde que fundamentado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

9.5. Quem é responsável pelo fornecimento dos crachás?

Resposta: A empresa contratada deverá providenciar o crachá de identificação, o qual integra o uniforme dos colaboradores.

9.6. Existe previsão de teletrabalho?

Resposta: Não haverá prestação de serviços na forma de teletrabalho, exceto, quando tal previsão estiver contemplada no termo de referência.

9.7. O intervalo de refeição será respeitado ou haverá pagamento de adicional de intrajornada?

Resposta: O intervalo deverá ser concedido conforme a legislação vigente. Não haverá pagamento de adicional de intrajornada, salvo, se a peculiaridade assim contemplar, o que estará detalhado no termo de referência.

9.8. Poderá haver jornada aos sábados?

Resposta: Sim, de forma excepcional, mediante comunicação prévia da Administração. Neste caso, deve-se compensar a carga horária durante a semana.

9.9. Haverá trabalho noturno?

Resposta: Não há previsão, exceto se houver essa exigência específica no Termo de Referência.

9.10. Há previsão de treinamento para os profissionais?

Resposta: Todas as exigências referentes à capacitação estão dispostas no Termo de Referência. É de responsabilidade da contratada disponibilizar profissionais devidamente capacitados.

10. HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES

10.1. A apresentação de declaração ou documentação falsa implica desclassificação automática do licitante?

Resposta: Sim. A apresentação de declaração ou documentação falsa configura infração grave, ensejando a aplicação das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021, inclusive mediante instauração de processo administrativo e eventual acionamento de órgãos como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, a partir de indícios materializados.

10.2. Como a Administração trata a veracidade das declarações prestadas pelos licitantes, inclusive quanto ao cumprimento de cotas legais?

Resposta: As declarações possuem caráter vinculante e implicam responsabilidade legal do licitante. A Administração poderá realizar diligências a qualquer tempo para verificar a veracidade das informações, desde que existam indícios ou dúvidas fundamentadas. Alegações genéricas não serão consideradas sem prova idônea.

10.3. A ausência de comprovação do cumprimento das cotas legais pode impedir a habilitação ou a assinatura do contrato?

Resposta: Sim. O não atendimento às exigências legais ou editalícias implicará inabilitação, desclassificação ou impedimento à contratação, conforme o caso, podendo ainda ensejar a instauração de processo administrativo e aplicação das sanções cabíveis.

10.4. Quais documentos poderão ser exigidos para comprovação do cumprimento das cotas legais?

Resposta: Os documentos estão definidos no edital. Em caso de dúvidas ou indícios de irregularidade, poderão ser realizadas diligências, inclusive com apoio de órgãos de controle.

10.5. A Administração realizará diligências para verificar o cumprimento da legislação e das exigências editalícias?

Resposta: Sim. Compete à Administração realizar diligências sempre que houver necessidade de esclarecimento ou verificação da legalidade dos documentos apresentados, podendo, inclusive, contar com o apoio de órgãos como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, quando pertinente.

10.6. É possível que o certame prossiga normalmente mesmo diante de indícios de irregularidades?

Resposta: Não. Em havendo indícios relevantes devidamente comprovados (indispensável que exista a materialidade da alegação), a Administração adotará as medidas cabíveis para apuração dos fatos, não sendo admitida a continuidade regular do certame em desacordo com a legalidade.

10.7. Como serão tratadas divergências entre informações declaradas e dados oficiais, como os provenientes do MTE?

Resposta: Divergências somente serão apreciadas se acompanhadas de prova oficial e contemporânea. A Administração não realizará auditoria trabalhista ampla, cabendo ao licitante a responsabilidade pela veracidade das informações declaradas.

10.8. Questões relativas ao cumprimento de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência podem ser discutidas durante o julgamento das propostas?

Resposta: Não. Tais matérias são de competência dos órgãos fiscalizadores trabalhistas. No âmbito da licitação, prevalecem as declarações prestadas, sem prejuízo de diligências quando houver elementos concretos.

10.9. As declarações prestadas no sistema eletrônico substituem documentos comprobatórios?

Resposta: As declarações possuem caráter vinculante e geram responsabilidade legal. A Administração poderá solicitar comprovações em diligência, sem prejuízo da aplicação de sanções em caso de falsidade ou omissão.

10.10. O programa de integridade deve ser comprovado na fase de habilitação?

Resposta: Não. O edital exige apenas a declaração de existência do programa. A comprovação poderá ser solicitada posteriormente, em diligência ou na execução contratual, conforme o caso.

10.11. É obrigatória certificação externa do programa de integridade?

Resposta: Não. O programa deve atender às diretrizes legais, podendo ser comprovado por políticas internas, códigos de conduta e mecanismos de controle, sob responsabilidade da empresa.

10.12. A comprovação de políticas de equidade de gênero é exigida na fase de habilitação?

Resposta: Não. Exige-se apenas a declaração de compromisso. A comprovação poderá ser solicitada posteriormente, se necessário.

10.13. A ausência de políticas formais de equidade impede a participação na licitação?

Resposta: Não. A participação é permitida mediante declaração de compromisso, cuja não observância poderá ensejar sanções na execução contratual e repercussões nos critérios de desempate.

10.14. As políticas de equidade e inclusão influenciam no julgamento das propostas?

Resposta: Não. O julgamento observará exclusivamente os critérios definidos no edital, podendo tais políticas apenas influenciar em critérios de desempate, quando aplicável.

10.15. O programa de integridade é considerado requisito de habilitação?

Resposta: Não. O programa de integridade não constitui requisito de habilitação, sendo considerado apenas em hipóteses específicas

previstas na legislação e no edital, especialmente em casos de grande vulto.

10.16. Como serão analisados os atestados de capacidade técnica apresentados pelas licitantes?

Resposta: A análise observará os critérios definidos no ato convocatório, sendo admitidos atestados que comprovem experiência em gestão e/ou gerenciamento de mão de obra, em consonância com a legislação e normativos aplicáveis.

10.17. Como deve ser calculado o índice de capacidade econômico-financeira exigido?

Resposta: O cálculo deverá considerar o valor estimado da contratação para o período de 12 (doze) meses, conforme previsto no edital.

10.18. O prazo para envio de documentos pode ser prorrogado pelo pregoeiro?

Resposta: A prorrogação é excepcional e dependerá de solicitação fundamentada do licitante antes do término do prazo, estando sujeita à análise discricionária do pregoeiro, conforme o interesse público. É fundamental que o licitante prepare-se efetivamente em consonância com os prazos previstos no ato convocatório, os quais inclusive, declarou concordância para o ingresso no certame.

10.19. As declarações exigidas no sistema eletrônico substituem documentos comprobatórios na fase de habilitação?

Resposta: As declarações possuem caráter vinculante e implicam responsabilidade legal do licitante. A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 em caso de falsidade ou omissão, desde que para tanto, possua motivações concretas, desprezando neste sentido alegações sem sustentação.

10.20. O que ocorre se houver divergência entre dados declarados no sistema e informações constantes em certidões do MTE?

Resposta: A Administração não realizará auditoria trabalhista. Divergências só serão apreciadas se acompanhadas de prova oficial e contemporânea emitida pelo MTE. Alegações genéricas não prevalecerão sem prova idônea. O licitante permanece responsável pela veracidade das informações declaradas.

10.21. Empresas poderão seguir no certame normalmente, sem que seja feita nenhuma diligência ou verificação para comprovar o cumprimento da Lei nº 14.133/202 e da Lei nº 8.213/1991?

Resposta: Em havendo dúvidas na fase de seleção do fornecedor no que tange aos documentos apresentados, compete a Administração consolidar as diligências que julgar pertinente para as averiguações cabíveis, inclusive, sendo apoiada por órgãos como a Polícia Federal e Ministério Público Federal, face a gravidade do exposto. Lembrando que em havendo suspeitas por parte de outros licitantes, deverão ser apresentados os elementos que comprovem a materialidade dos fatos, para que alicerce assim, a atuação pertinente a matéria.

11. BOAS PRÁTICAS ESPERADAS POR PARTE DOS LICITANTES E INTERESSADOS

A Administração Pública reconhece que a qualidade das contratações públicas está diretamente relacionada à atuação responsável, qualificada e colaborativa dos agentes do mercado. Nesse contexto, a participação em processos licitatórios deve ser compreendida não apenas como uma oportunidade de contratação, mas como um compromisso com a boa-fé, a legalidade e o interesse público.

A elaboração de propostas exige preparo técnico, análise criteriosa das condições estabelecidas no ato convocatório e compreensão integral do modelo de contratação proposto. A declaração de concordância com as regras do certame, formalizada no sistema eletrônico, possui caráter amplo e vinculante, refletindo a ciência e a aceitação de todas as condições estabelecidas, não se limitando a um ato meramente formal ou operacional.

Recomenda-se que os licitantes realizem leitura atenta e integrada de todos os documentos que compõem o certame, especialmente o Termo de Referência, planilhas, anexos técnicos e este Caderno, de modo a evitar interpretações isoladas ou incompletas que possam comprometer a adequada formulação da proposta.

A Administração valoriza a utilização dos instrumentos legais de questionamento e impugnação, os quais constituem mecanismos legítimos de aperfeiçoamento do certame. Todavia, espera-se que tais manifestações sejam apresentadas com pertinência técnica, fundamentação adequada e aderência ao objeto da contratação, evitando-se o encaminhamento de questionamentos genéricos, padronizados ou dissociados do contexto específico da licitação.

Nesse mesmo sentido, destaca-se a importância de que eventuais alegações ou apontamentos sejam acompanhados de elementos mínimos de materialidade, capazes de subsidiar a análise pela Administração.

Manifestações desprovidas de fundamentação ou base factual não contribuem para o aprimoramento do processo e podem comprometer a eficiência na condução do certame.

A celeridade processual é um valor relevante para a Administração e para o mercado, permitindo que as contratações sejam efetivadas em tempo adequado e que os serviços sejam prestados com a devida continuidade. Nesse contexto, espera-se dos licitantes atuação responsável quanto à utilização dos instrumentos recursais, evitando-se a interposição de medidas com caráter meramente protelatório ou desvinculadas de efetiva controvérsia jurídica ou técnica.

Ressalta-se, ainda, que o processo licitatório não comporta a realização de avaliações prévias de documentos, validação antecipada de propostas ou análise individualizada de composições de custos fora dos momentos processuais próprios. Tais solicitações não encontram amparo legal e podem comprometer a isonomia entre os participantes.

A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa, estruturando o certame com base em critérios objetivos e previamente definidos. Nesse cenário, a atuação colaborativa e responsável dos licitantes contribui de forma decisiva para o fortalecimento de um ambiente concorrencial saudável e para a qualificação do gasto público.

A Administração Pública incentiva a participação do maior número possível de interessados em seus certames, reconhecendo que a ampliação da competitividade contribui para o aperfeiçoamento das propostas e para a obtenção de resultados mais vantajosos. Contudo, tal participação deve estar associada à efetiva capacidade das empresas em cumprir integralmente as exigências documentais, técnicas, operacionais e econômico-financeiras previstas no ato convocatório.

A disputa licitatória pressupõe a atuação de empresas devidamente estruturadas, que possuam condições reais de executar o objeto contratado com qualidade, regularidade e aderência às normas aplicáveis. Nesse sentido, a ampla competitividade não se confunde com a participação meramente formal ou desprovida de lastro técnico e operacional, sendo essencial que os licitantes avaliem previamente sua aptidão para atendimento das obrigações contratuais.

A Administração prestigia a concorrência saudável entre empresas qualificadas, entendendo que a combinação entre competitividade e capacidade de execução é fator determinante para a seleção da proposta mais vantajosa. Assim, espera-se que os interessados participem do certame de forma responsável, com propostas consistentes e compatíveis com a realidade da contratação, contribuindo para um ambiente concorrencial equilibrado, eficiente e alinhado ao interesse público.

Por fim, destaca-se que a construção de uma relação madura entre Administração Pública e mercado demanda postura ética, respeito

mútuo e compromisso com os resultados. A observância dessas boas práticas não apenas favorece a condução eficiente do certame, como também fortalece a confiança institucional e contribui para o aprimoramento contínuo das contratações públicas.

Brasília, na data de assinatura.

Coordenação de Contratação de Serviços Terceirizados e de Engenharia - CSETE

Referência: Processo nº 12600.001088/2024-82. SEI nº 58255622